



Miguel de Barros
(debarros.miguel@gmail.com)
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa-
INEP/Guiné-Bissau

RESUMO:

O presente estudo procura identificar e compreender os mecanismos de inventividade e criatividade das estratégias de sobrevivência dos jovens em Bissau, num contexto político instável, imprevisível, socialmente marcado por contingências e grande mutação no *(des)*envolvimento. O contexto de precariedade tem gerado algumas oportunidades, estimulando a emergência de iniciativas, parte de um mercado informal de ‘inventividade’ associada à adaptabilidade e criatividade, sendo que a dimensão fundamental é a produção e reprodução da comunidade de trabalho e de solidariedade, e não a acumulação de capital. São estas, o comércio de rua, através do carregamento de baterias e venda de crédito para telemóveis, venda ambulante de cafés, serviço de lavandaria ambulante, angariação de clientes e cobradores de transportes, barracas cinema, confecção de tachos/panelas, manicure e pedicure, feiras locais e mercados que ocupam mais de metade da população activa. Propõe-se registar estas dinâmicas através da fotografia – enquanto meio privilegiado para buscar informação sobre factos, lugares e pessoas, produzindo uma reflexão com valor científico sobre as tácticas dos jovens na fuga à pobreza.

Palavras-chave: Guiné-Bissau, jovens, economia informal, contingência

I. Introdução

Este estudo insere-se no âmbito do projecto de investigação "Feiras Livres e Mercados no Espaço Lusófono: Experiências de Trabalho, Geração de Renda e Sociabilidade", envolvendo três centros urbanos (Praia - Cabo Verde, Bissau - Guiné-Bissau e São Paulo - Brasil).

Neste caso particular, o estudo versa sobre formas singulares em que se dão os processos de inserção juvenil no mercado de trabalho, tendo em vista a fuga ao desemprego num contexto de elevados níveis de pobreza, através da identificação de estratégias e dinâmicas inovadoras que emergem num contexto imprevisível, socialmente marcado por contingências e níveis de pobreza elevados.

Procurou-se compreender em que medida os comportamentos dos jovens no quotidiano da cidade de Bissau - enquanto espaço económico – vão desde a lógica dos cálculos e da racionalidade, até à sua articulação com formas de ocupação do espaço, culturas e identidades, redes sociais e estruturas de governação, permitindo analisar de uma forma articulada (e questionar) as respostas do Estado guineense na matéria da Juventude, por um lado, e discutir os desafios face ao futuro, por outro.

Do ponto de vista metodológico, foram identificadas um conjunto de actividades desencadeadas por jovens de ambos os sexos com idades compreendidas entre 18 a 35 anos e que aportam mecanismos de 'inventividade' e criatividade no quotidiano da cidade de Bissau, das quais foram seleccionadas quinze, pelo facto de estas constituírem a única ou principal actividade económica, desempenhada há pelo menos três anos (algumas dessas actividades já duram há mais de dez anos), como se apresenta na tabela 1 do anexo (*ver pág. 19*).

Propõe-se registar estas dinâmicas através da fotografia – enquanto meio privilegiado para buscar informação sobre factos, lugares e pessoas, produzindo uma reflexão com valor científico sobre as estratégias dos jovens na fuga à pobreza (Certeau, 2003; Feldman-Bianco & Moreira Leite, 2004; Achutti, 1997; Pais, 2006; Sato, 2009). Deste modo, procura-se sustentar a tese de que a fotografia tece história e entrosa-se dinamicamente nas necessidades do processo social e constitui-se assim a expressão visual da realidade e da representação social (Souza Martins, 2008).

As imagens aqui registadas foram complementadas por histórias de vida, descrevendo e compreendendo as trajetórias, considerando as condições materiais e psicológicas que os habilitaram enquanto agentes empreendedores e identificar os desafios que encontram na melhoria das suas vidas.

II. O contexto económico e social do país

A avaliação da resposta à estratégia nacional da redução da pobreza - DENARP¹ demonstrou de que os contextos político-institucional e socioeconómico da Guiné-Bissau continuam a ser, globalmente, em simultâneo frágil e precário, resultado de uma combinação entre a instabilidade político-militar (agravada desde o fim do conflito político-militar de 1998/99) e do fraco desempenho da economia nacional, com uma taxa de crescimento real do PIB muito baixo (apenas 0,6% em 2006, 2,7% em 2007, 3,3% em 2008 e 2,9% em 2009)².

Com um excessivo serviço de dívida externa (2,5 vezes o PIB)³, a situação precária subjacente às finanças, o rácio das receitas públicas/PIB que variou entre 10% e 14% está abaixo da média da UEMOA (17%), e o Estado tem-se visto muitas vezes com dificuldade de assegurar as despesas de soberania, incluindo, o pagamento dos salários da função pública, tendo que recorrer à ajuda externa. Isto, com um orçamento de Estado sistematicamente deficitário com um saldo primário que foi até -10,1% em 2007, devido a fraca capacidade de poupança e de investimentos internos.

A fraqueza dos investimentos, associada a um sector privado inepto, explica em grande medida o fraco desenvolvimento das infra-estruturas básicas de apoio às actividades económicas, contribuindo deste modo, para que a economia guineense continue a ser igualmente pouco diversificada e fortemente dependente de um só único produto (castanha de caju) que representa mais de 95% das exportações, e em média 17% das receitas do Estado, enquanto que o sector agrícola continua a ser marcado pela fraca produtividade de ordem estrutural.

No plano social, é pouco provável que a Guiné-Bissau possa atingir a maior parte dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio – OMD daqui a 2015, tendo em conta o quadro social pouco favorável ao desenvolvimento humano. Os níveis de pobreza absoluta (68,5% em 2005) e extrema (22% em 2005) elevados, um predomínio de desemprego dos jovens, um fraco acesso aos serviços sociais básicos, a persistência de certas doenças (o paludismo, o VIH/SIDA e a tuberculose), a degradação da qualidade do ensino primário e secundário (MEPIR, 2009: 10-11).

¹ Elaborado em 2004, revisto duas vezes antes da sua implementação (2005, 2006), a sua condução efectiva durou três anos, com recurso à ajuda financeira da Comunidade Internacional em mais de oitenta por cento do orçamento previsto. Compreende quatro eixos: 1) reforçar a governação, modernizar a administração pública e assegurar a estabilidade macroeconómica; 2) promover o crescimento económico e a criação de empregos; 3) aumentar o acesso aos serviços sociais e às infra-estruturas básicas; 4) melhorar as condições de vida dos grupos vulneráveis (MEPIR, 2009).

² A taxa de inflação atingiu 4,6% em 2007 e 10,4% em 2008 em estreita ligação com a subida de preços em 2007 e parte de 2008 de bens alimentares como o arroz e dos produtos petrolíferos. Em 2009, houve uma baixa em cerca de 3,3% o que reside ainda acima do limite de 3% estipulado no âmbito dos critérios de convergência dos países membros da União Económica e Monetária da África Ocidental – UEMOA.

³ Em finais de 2010, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) decidiram conceder ao país um alívio da dívida no valor de 900 milhões de dólares americanos.

Os Jovens e a Pobreza na Guiné-Bissau

A população guineense continua a padecer de um quadro social pouco favorável ao desenvolvimento humano (com um Índice de Desenvolvimento Humano de apenas 0,374 em 2006) e conhece uma das esperanças de vida mais baixas do mundo, apenas 47,4 anos, contra 52,2 anos em média geral nos países subsaarianos.

De acordo com o Inquérito Ligeiro para Avaliação da Pobreza (ILAP, 2002) e mais recentemente a revisão dos sectores sociais feita pelo Governo com o apoio do Banco Mundial⁴, a pobreza afecta de forma geral muito mais as zonas rurais do que as urbanas. Estima-se que o desemprego tenha afectado 46,87% dos jovens com uma idade compreendida entre os 15 e os 24 anos em Bissau, contra 19,34% no interior do país (MEPIR, 2009: 23).

Do ponto de vista espacial, se é verdade que a pobreza afecta de forma geral mais as zonas rurais do que as urbanas, a vulnerabilidade das populações urbanas tem-se agravado devido a sua exposição a um conjunto de riscos, nomeadamente o de poderem contar em menor escala com a agricultura para a sobrevivência e a menor possibilidade de encontrarem um emprego⁵.

No que concerne à presença de jovens no sistema de ensino, somente 28,6% de mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos sabem ler e escrever. Embora tenha havido algum progresso na primeira década pós-independência, verificou-se uma degradação progressiva da qualidade do ensino (primário e secundário), resultado do desengajamento do Estado com este sector, sobretudo após a liberalização económica e política, devido às políticas de Ajustamento Estrutural. Esta situação tem levado a que muitas famílias, em particular nas zonas rurais no período da campanha da castanha de cajú (Abril/Junho) transfiram a ocupação dos seus filhos das salas de aula para o trabalho na colheita da castanha, principal fonte de renda das famílias. Actualmente, o analfabetismo atinge mais de 60% da população e mesmo os que conseguem frequentar a escola, não dominam o português que é a língua oficial.

Neste contexto, onde o sistema do ensino não medeia de forma objectiva a relação do indivíduo com o mercado de trabalho, a ‘informalização’ da economia, sobretudo na capital, tem-se revelado como uma das principais estratégias da população para encontrar oportunidades de inserção e ascensão social e económica. No quadro de crise que caracteriza a sociedade guineense actual, os jovens fazem uso de modelos tradicionais e exógenos de forma sintética e informal, fortalecendo a sua posição social, através de processos de hibridação criativa, fazendo uso oportunista da pluralidade cultural e jurídica existente.

⁴ Esse relatório foi publicado em Janeiro de 2009, na sequência de uma missão do Banco Mundial no início de 2007. A maior parte dos dados referem-se ao ano de 2006 ou aos anos anteriores.

⁵ Estima-se que o desemprego afecta 46,87 dos jovens com idade compreendida os 15 e 24 anos em Bissau contra 19,34% no interior do país (MEPIR, 2009: 88).

III. Juventude, Trabalho e Informalidade

Juventude enquanto categoria social

A juventude, é uma categoria socialmente construída e (re)formulada em contextos sociais, económicos e políticos específicos. Uma categoria sujeita a modificações ao longo do tempo, produto de um complexo processo de construção social (PAIS, 1996).

Neste contexto, os jovens surgem enquanto produtos e produtores dos contextos nos quais se encontram segundo Honwana e De Boeck, (2000: 5-11), constituem uma força social emergente e parte integrante da configuração das sociedades, que não pode ser negligenciada na compreensão das mudanças que estas sociedades atravessam.

No caso guineense, terá sido por volta da década de 60, ainda no período colonial, que a juventude começou a emergir como questão política, na clandestinidade, e através de agrupamentos musicais. Mas foi após a liberalização política que se transformou num objecto de consciência social, chamando a atenção para questões de educação, formação, emprego, profissionalização, saúde e participação política (Barros, 2010: 2).

Ou seja, a emergência do pluralismo partidário na Guiné-Bissau favoreceu a explosão de novas formas de organização social, desde os partidos políticos, sindicatos livres e independentes, passando pelos agrupamentos de cariz empresarial ‘autónomos’ até às organizações não governamentais e associações de base local e comunitária. Esta explosão é resultado de um longo e doloroso processo de mudanças na relação entre o Estado e a Sociedade, fruto da própria natureza do partido único que transformava a mobilização numa participação controlada e dirigida, favorecendo (ou não) ensaios sobre alternativas face aos poderes instituídos e a nível da evolução histórica (Augel e Cardoso, 1996; Koudawo e Mendy 1996; Monteiro, 1996; BM, 2009).

No entanto, embora o país tenha ensaiado na primeira metade do ano dois mil a elaboração de um documento quadro para uma política do emprego e de um plano nacional da juventude na Guiné-Bissau⁶, nunca chegou a ser implementado visto que foi mais uma imposição dos doadores do que propriamente fruto do engajamento do Governo, pois até ao momento o país continua sem uma política da juventude e sem uma estratégia clara para este sector, deixando espaço para intervenções atomizadas e descontínuas, principalmente no campo de emprego e acção cívica⁷.

Nesses programas, tem sido paradoxal a definição dos conceitos e o discurso sobre a redução da pobreza nos grupos sociais, particularmente nos chamados de “vulneráveis”,

⁶ Estrutura-se à volta destes quatro eixos: I) Educação; ii) Formação profissional e inserção socioeconómica; iii) Saúde reprodutiva e VIH/SIDA; iv) Democracia e cidadania

⁷ São casos de mais recentemente do a implementação de projectos de curta duração e de impactos imediatos sob égide do PNUD dedicados à questão de “emprego e formação profissional dos jovens” e “*jovens criando uma cultura de paz*”, sem a implicação efectiva das instituições do Estado e organizações da sociedade civil e juvenes não formalizadas mas com um grande nível de enraizamento das suas actividades sociais e económicas.

como é o caso dos jovens (que são erráticamente referenciados a partir da faixa etária) e os desempregados, tomando como referência três sub-mercados laborais:

a) *Sector rural* - caracteriza-se pela sua forma independente de trabalhar, pela não existência de assalariados nem de contratados (embora haja outras formas de mobilização e gratificação). Por esta razão, o seu rendimento pessoal (seu “quase-salário”) é resultado de uma distribuição do produto da sua parcela. Essa distribuição é realizada, usualmente, entre os membros da sua família que laboram na parcela de acordo com os usos e costumes tradicionais que contemplam aspectos como a contribuição para o trabalho, a idade, o sexo, etc;

b) *Sector urbano moderno* - essencialmente constituído pela administração pública e por empresas do sector público, sendo as actividades do sector privado formal relativamente reduzidas. A má gestão das empresas públicas e a contra-produção dela decorrentes têm sido as causas do bloqueio deste sector. Mais de 80% das possibilidades de emprego na Guiné-Bissau são geradas fora deste sector;

c) *Sector informal* - representa o segundo potencial de crescimento do emprego na Guiné-Bissau, após a agricultura, tal como acontece na grande maioria dos países da África Subsaariana. Estimativas da OIT indicam que o sector informal representa, nesta sub-região mais de 60% do emprego urbano total e cerca de 25% do emprego total dos diferentes sectores⁸.

Ora, segundo Pais (2003: 15-17), os conceitos de emprego e desemprego, tal como têm sido entendidos, manifestem-se desajustados em relação á realidade vivida por jovens. Mais do que fim do trabalho, o que parece ocorrer é a substituição de um emprego formal, cuja estabilidade é garantida por benefícios assistenciais, por um emprego precário, informal e autocriado⁹. Segundo este autor, as formas de *desenrascanso*¹⁰ correspondem a processos nos quais os jovens (em muitos casos vítimas de processos de reestruturação económica) colocam em jogo uma pluralidade de estratégias criativas que expressam a sua capacidade de gerar formas próprias de ganhar dinheiro ou ganhar a vida.

Economia Informal

Nos países africanos, as actividades informais constituem o coração das economias urbanas (Fauré, 2007: 135). Este processo foi acelerado ao nível da África Ocidental com a desvalorização da moeda comum – franco CFA – em 1994, no qual numerosas

⁸ Para maior aprofundamento, ver: OIT/PNUD (2002).

⁹ Na Guiné-Bissau estas formas de emprego são designados como “Surni”, in MONTENEGRO, T. (2006), *Kriol Ten, Termos e Expressões*, KuSiMon, Bissau,.

¹⁰ “Dubriagem” na linguagem popular de Bissau.

grandes e médias empresas informalizaram parte dos seus processos, nomeadamente, a venda a retalho, estabelecendo acordos com pequenos empresários que assim asseguram uma fracção da comercialização das empresas (Fauré, 2007: 128).

Na Guiné-Bissau, o crescimento do sector informal¹¹ foi favorecido pela política de liberalização que beneficiou particularmente o comércio (Cardoso & Imbali, 1996: 226). Hoje, este constitui o sector económico mais próspero, tanto nos meios rurais como nos urbanos, em resultado da sua adaptabilidade às exigências do mercado (procura e oferta), e proporciona uma rentabilidade comparativamente mais interessante, que a dos empreendimentos no sector formal da economia (Domingues, 2000: 299).

Para superar uma certa complexidade dos factores que geram a informalidade e a lógica do seu funcionamento, Capecchi (1989: 192-193), propõe a tipologia de economia informal baseada em três tipologias fundamentais: - *Economia informal de subsistência* (actividades de produção e troca de bens e serviços realizadas no quadro da economia familiar, com finalidades de auto-consumo ou no âmbito das relações de reciprocidade e de solidariedade familiar e vizinhança; - *Economia informal de sobrevivência* (actividades orientadas para a geração de rendimentos indispensáveis à sobrevivência dos actores e dos respectivos agregados familiares); - *Economia informal de rendimento* (actividades orientadas para a geração de rendimentos, com a finalidade de promover a satisfação das necessidades dos agregados familiares, mas também de permitir a acumulação de riqueza e capital).

No aspecto social, estas pequenas empresas informais têm contribuído para a diminuição do desemprego, criando novas fontes de rendimento. Deste modo, a informalidade dos procedimentos económicos é comum na Guiné-Bissau, e além do sector informal constituído pelas pequenas e micro-empresas que abastecem os mercados, o próprio sector formal da economia funciona através de múltiplos procedimentos informais (Domingues, 2000: 299).

¹¹ Segundo a resolução da 90ª Conferência Internacional do Trabalho (2002), a OIT caracteriza o sector informal como um conjunto de unidades empenhadas na produção de bens ou serviços, tendo como principal objectivo a criação de empregos e de rendimentos para as pessoas nelas envolvidas. Estas unidades funcionam normalmente com fraco nível de organização, com pouca ou nenhuma divisão entre o trabalho e capital, enquanto factores de produção e operam em escala reduzida. As relações do trabalho – quando existem – baseiam-se na maior parte das vezes no emprego ocasional, no parentesco, e nas relações pessoais e sociais, mais do que em acordos contratuais com garantias formais (OIT, 2005: 24-45). Esta abordagem tem sido considerada bastante insuficiente por não ser satisfatório e não cobrir a realidade dos factos em África (Fauré, 1994 e 2007; Fauré & Labazée, 2002), e criticada pelo Peter Spink nesta colecção, que defende o facto do trabalho formal nunca foi uma característica dominante das sociedades latino-americanas e africanas.

IV. Estratégias de Sobrevivência em Contextos de Contingência

A Rua Enquanto Espaço de Livre Criação

Tomando em consideração que as cidades são por excelência, lugares de máxima intensidade relacional, produzem e reproduzem aptidões, competências e habilidades de (re)criar imprevisibilidades e conseqüentemente capacidades próprias de gestão. Este processo contribui para que a relação entre cidades e inovação resida exactamente no processo da vida que cada cidade, na sua singularidade e na sua espacialidade relacional (Reis, 2007: 129-130), sendo as cidades formas de preservar os factores de diferenciação espacial e de territorialização (Baptista, 2001: 228).

Olhando para a cidade Bissau (foto 1), deparamos com um movimento diário intenso de pessoas, bens e serviços nas suas avenidas, esquinas e becos. É neste sentido que se evoca a economia de aglomeração enquanto promotoras de densidades territoriais que são factores de um certo dinamismo (Reis, 2007: 129).

Das actividades seleccionadas, denota-se essa grande capacidade, dos actores entrevistados, preferirem manter a possibilidade de circular com os seus produtos ou ocupar as zonas que favoreçam maior visibilidade as suas criações/negócio (foto 2 e 3), não pondo de parte a utilização das suas próprias residências para promover as suas actividades (foto 4).

Todas essas acções a priori não implicam nenhum engajamento financeiro com o espaço de desenvolvimento da actividade, como se demonstra na tabela a seguir:

Tabela 2: localização do espaço da actividade

Nº de Actividades consideradas	Local	Próprio	Alugado	Cedido	Ocupado	Em litígio	Livre circulação
16	Varanda (frente/quintal)	2					
	Passeio público				3		
	Esquina/entroncamento						
	Rotunda				2		
	Berma de estrada				1		
	Terrenos livres				1	1	
	Imóvel	1					
	Ambulante						5

Quando iniciei esta actividade, não tinha dinheiro para ter um espaço, fazer publicidade e pagar a renda. Optei por andar e demonstrar as pessoas do que eu era capaz e o melhor espaço foi ir para os passeios,

sobretudo da zona do mercado de Bandim, onde as pessoas passam todos os dias a pé e de carro e rapidamente podiam reparar em mim (entrevista nº 1)

Quando tentei perceber qual a base das motivações para iniciar as suas actividades, as respostas variam em três dimensões principais:

- Possibilidades de acesso ao trabalho e dinheiro

Terminei o liceu no ano da guerra (1998), lutei várias vezes para conseguir uma bolsa de estudos não consegui e também não tinha ninguém que me apoiasse para entrar na universidade. Como vi alguns dos meus colegas na mesma situação, decidi fazer aquilo que eu sabia e que podia dar-me possibilidade de ter um trabalho e ganhar dinheiro. Foi assim que comecei a recuperar latas de cafés, leite, papa para construir brinquedos e vendo (entrevista 14)

- Necessidade de autonomamente satisfazer as necessidades individuais

Fiquei grávida quando estava no liceu e como a minha família tinha poucos meios tive que abandonar os estudos. Depois do nascimento do meu filho queria regressar a escola mas não tinha condições porque o pai do meu filho também estudava. Aí decidi trabalhar para ter possibilidade de sustentar-me a mim e ao meu filho (entrevista nº 2)

- Investir no apoio familiar (alimentação, escola, saúde, vestuário e lazer)

Somos uma família numerosa e a única pessoa que tinha um emprego era o meu pai. Como gostava de fazer fotos pensei que podia ser interessante ganhar a vida através de fotografias e ajudar a minha família (...) hoje para além de contribuir na alimentação sou eu quem pago a escola dos meus irmãos mais novos (entrevista 12)

Desde muito cedo trabalhei nas campanhas de caju e com o dinheiro que conseguia comprava cadernos e roupas, mas depois ficava sem possibilidades de fazer outras coisas porque não tinha dinheiro. Foi assim que entrei neste trabalho e a coisa mais importante para mim é que através deste trabalho consegui salvar a vida da minha mãe (entrevista nº 3)

Para quem está absorvido pela dinâmica das actividades e transacções, a primeira ideia (e muita das vezes a final) é que vive-se para o instante (“*gosi-gosi*”), cada dia constitui um novo obstáculo, que se ultrapassa com *djiresa* ou *dubriagem*, o poder da imaginação não precisa ir para além do prazo imediato, pois visa resolver problemas. Para isso, o dinheiro tem que circular de mão em mão e bolso em bolso, evidenciando formas de iniciativas com processos relacionais que prefiguram um certo modo de sociabilidade com atitudes bastante subjectivas.

Um outro elemento interessante decorrente de algumas das actividades, é a racionalização na venda do produto, em conformidade com a capacidade de compra do

consumidor (fotos 5 e 6) ou podendo ser o custo do serviço adaptado à capacidade económica do consumidor (foto 7) e simultaneamente criando ideia ao consumidor que só utiliza o serviço a medida da sua disponibilidade, baixando concomitantemente os riscos do investimento na actividade. É o que Urry (1985: 37), considera como as práticas particulares da sociedade nas quais tais subjectividades são constituídas e reproduzidas contingentemente projectando e ampliando tais práticas.

Ainda no que concerne à intervenção da contingência nos processos de organização produtiva, Reis (2007: 218-219) defende que para além das relações da sociedade civil com a esfera pública da reprodução social, e muito em particular com a reprodução da força do trabalho, a interdependência espacial tem também a ver com relações entre uma pluralidade de entidades com diferentes poderes causais.

São os casos das actividades da venda de café ambulante (foto n 8), uma actividade favorecida pela escassez de espaços acessíveis ao cidadão comum, num tempo imediato e a preço mais baixo, como são casos do centro de produção e comercialização de cestaria, uma actividade familiar e que aproveita os espaços da frente da casa para produzir e vender, conservando a aliança no abastecimento da matéria-prima com a parte da família que vive no interior, acontecendo também o mesmo com negócio de carrinhos de mão (foto nº 9).

Assim, a apropriação da rua¹², contribui simultaneamente para que esta se torne em um espaço de livre criação (espaço de acção produtiva) e da transformação desses jovens em agentes incontornáveis na vida económica. Este processo é central na reprodução de sistemas locais¹³ e influenciam a ordem macro-económica mais ampla.

Existe espaço para estratégia da acumulação na contingência?

Ao abordar a questão da contingência dos processos de estruturação económica, da participação diferenciada dos agentes económicos e do significado dos meios que definem os contextos e a sua acção, Reis (2007: 228-231) distingue diferentes formas de articulações das componentes internas., Sendo que no caso das economias semi-

¹² Uma dimensão interessante a ser tomado em consideração, é a localização estratégica dessas, a maior parte deles ao longo da principal avenida de Bissau (que liga o aeroporto ao centro da cidade, passando pelo principal mercado do país - Bandim), que possibilita quer o marketing dos agentes e dos produtos, como dos próprios locais nos quais desenvolvem as suas actividades. Segundo Reis (2007: 224), as decisões da localização derivam, de algum modo, do conhecimento prático, de conhecimentos específicos de informação e de motivação que, para os próprios decisores, se relacionam com os seus antecedentes de participação em processos de estruturação. Todavia, não se deve descurar aqui o papel das redes sociais locais enquanto entidades localmente consolidadas estruturam os espaços das possíveis acções, como acontece com os produtores-vendedores de painéis de alumínio junto a uma das zonas.

¹³ É o caso do papel hoje incontornável em Bissau da Associação dos Vendedores retalhistas do mercado de Bandim.

periféricas¹⁴, o papel do Estado (enquanto regulador económico) e as suas relações com o capital, a importância das condições de reprodução da força do trabalho (como matriz diferenciadoras do espaço económico) e a natureza parcial dos processos de intensificação do modelo (factor muito relacionado com a sua condição policentrada da sua malha industrial).

No contexto periférico, analisando o caso guineense, constata-se que há em simultâneo uma inversão de lógicas como também a substituição de actores (na sua função e no seu papel). O Estado é frágil, não consegue regular, dando lugar ao protagonismo das organizações da sociedade civil que se dedicam ao micro-crédito, que basicamente vão ancorar as suas intervenções em algumas iniciativas cuja força de trabalho e de venda têm maior propensão a favorecer a circulação do capital e o alargamento de agentes, na perspectiva de intensificação do modelo económico.

Já no que concerne as dinâmicas desencadeadas pela sociedade civil formalmente não organizadas, que servem como base à minha observação, a presença do Estado é quase-ausente¹⁵. O principal factor de estruturação da actividade assenta na importância das condições de (re)produção do trabalho “criativo” e “inventivo” enquanto matrizes diferenciadoras de assumpção do risco no espaço no qual se insere.

Tabela 3: capital de giro

Nº de Actividades consideradas	Capital de giro			Origem			
	Suficiente	Escasso	Insuficiente	Familiars	Própria actividade	Empréstimo	
						Informal/confiança	Formal/micro-créditos
16	8	5	3	6	10	13	3

Para a compreensão da tabela acima, importa dizer que a forma e momento no qual a actividade é desencadeada, tornam-se decisivas para criar condições que contribuem para o alargamento da actividade e de pessoas no trabalho. No entanto, embora a sua primeira função é a satisfação das necessidades do indivíduo, não enquanto agente económico, mas sim enquanto *pessoa*, ela estende-se a médio prazo para o bem-estar da família, pois a família compreendida no contexto de elevados níveis de pobreza e

¹⁴ São caracterizadas pela sua natureza intermédia, quando comparadas com aquelas que, no sistema mundial, ocupam uma posição central, por aí se terem localizado formas intensivas de crescimento económico, ou com as que, pela formas estruturais de subdesenvolvimento são confinadas a uma posição de periférica (Reis, 2007: 229).

¹⁵ Não abdicando do seu papel na cobrança de taxas diárias as actividades económicas (mesmo sendo de uma forma ilegal) mas sem retorno em termos de investimento naquilo que é o seu papel. Os seus agentes montam sistemas de chantagem/repressão mesmo quando o desenvolvimento das actividades cumpre com todos os requisitos legais

contingência, ganha elasticidade e também funciona simultaneamente enquanto canal de financiamento e redistribuição das virtudes geradas pelo trabalho ou actividade, como ilustra um dos entrevistados:

Não é que não pensei ou não cheguei a precisar do apoio dos bancos em dar-me um crédito... mas eles não confiam em nós e criam muitos obstáculos (entrevista 4);

(...) mas também o apoio de um familiar um colega que está na mesma actividade que eu, sobretudo quando é dinheiro não-nos mais confiança e sentimos que não estamos com algo na mão que não é nosso e as vezes até estranha, pois o dinheiro banco sempre se paga mais do que se recebe (entrevista 5)

Sinceramente eu não confio nos bancos e nem sinto a vontade em ir por meu dinheiro no banco quando sei que rende mais quando gira nas nossas mãos. Aí fazemos investimentos e permitimos a entrada de mais uma pessoa no trabalho e assim aumentamos o rendimento do trabalho e a possibilidade de resolver os nossos problemas com maior rapidez e confiança (entrevista 10)

Se por um lado, estes discursos demonstram uma visão restritiva que muitas instituições bancárias demonstram ter deste tipo de actividade, por outro lado, não deixa de ser verdade que os bancos, em particular no contexto guineense, ainda não definiram políticas e estratégias que permitam ir para além do seu público tradicional do mercado formal, altamente dependente de produção e exportação de um único produto (castanha de cajú).

Não obstante esses elementos cruciais na dinamização e fortalecimento económico das actividades, confere-lhe características e processos únicos. Em termos ilustrativos, faço recurso ao jovem que encontrei no *Lumo*¹⁶ de Bula, que através de um incentivo do cunhado e contribuição parcial de um tio emigrante em Lisboa e investimento de um dinheiro que tinha conseguido de um *surni*¹⁷, iniciou a actividade de recarga de baterias de telemóveis numa mesa com tomadas (foto 10). Com os lucros acumulados, conseguiu abrir uma agência de recarregamento de bateria de telemóveis em Bissau (foto 11) que permitiu proporcionar trabalho ao seu irmão mais novo e conjuntamente iniciar a comparticipação nas despesas da família (sobretudo na alimentação e pagamento das propinas).

¹⁶ Feiras semanais. Neste caso é realizado no centro da cidade a céu aberto todos os sábados.

¹⁷ O termo designa *Biscate*.

Papel e dinâmica das redes sociais enquanto lógica estruturante da organização

Um dos aspectos fundamentais para a iniciação e manutenção de qualquer acção tem a ver com a forma como ela se estrutura. No caso das actividades em análise, segundo Domingues (2000: 300) é no âmbito dos procedimentos «informais» do mercado que a acessibilidade social é crucial para realizar com êxito qualquer empreendimento, o que valoriza a instrumentalização das relações sociais em estratégias económicas.

Comecei a fazer este trabalho como ajudante do meu tio que era serralheiro e trabalha na oficina do seu cunhado. Tinha 15 anos de idade e no início a minha principal actividade era colecta de latas de alumínio e triturava para depois ser transformado em painéis (...) não ganhava, quando o meu tio conseguia vender alguns produtos, sobretudo caçarolas, fogareiros, camas de ferro... oferecia-me algum dinheiro para pagar a escola e fui aprendendo. Hoje sou eu quem faço este trabalho, aqui aprendi imenso aqui e hoje tenho meu próprio trabalho e salário e os meus primos também aprendem aqui comigo (entrevista 10)

O capital social, desencadeado pelas relações familiares, de amizade, vizinhança, profissionais ou outras, que podem ser accionadas para obter condições vantajosas, constitui ainda o garante de acesso a sistemas informais de entreaajuda e protecção social.

Uma outra ideia não menos importante que ressalta daqui é a do trabalhador polivalente, assumindo novas funções e papéis no seio do colectivo. Essa polivalência é decorrente da existência de valores de identidade colectiva/comunitária, que permite otimizar a utilização de talentos humanos associados aos interesses colectivos.

No entanto, para constituir e manter este capital social, os actores desenvolvem outros procedimentos informais no âmbito das relações sociais e da sociabilidade, nomeadamente constituindo associações informais¹⁸ – como é o caso da associação dos artesãos (foto 3). Esta diversificação nos empreendimentos e esta pluriactividade de indivíduos e grupos de parentesco e redes sociais profissionais são uma das fontes das micro-empresas e estão na base da acumulação extensiva nas economias urbanas africanas (Fauré, 2007: 144).

¹⁸ Uma das formas de organização em associações informais nas actividades económicas não formais são os agrupamentos das *Bideiras* - O termo resulta da palavra “*bida*” que, em português, significa *vida* e aplica-se às mulheres que vendem algo para ganhar a vida: *fasi bida*, ou seja, refere-se a mulheres que desenvolvem actividades comerciais de uma forma independente, por conta própria – que instituíram um sistema de “*abotas*” (quotização rotativa) que permite o financiamento e a manutenção da actividade económica como também o ingresso de novas membras. Para maior aprofundamento, ver: (Domingues, 2000).

Uma permanente produção de engenharia social. A ser ignorada até quando?

Em contextos sociais de planeamento ou de alguma estandardização das respostas do Estado face à satisfação das necessidades básicas da sua população, a eficácia dos produtos e/ou processos de combate à exclusão social autónomos, são institucionalmente reconhecidas, através da absorção do modelo projectado.

Ora, nos contextos de instabilidade política, social e económica permanente, no qual as políticas públicas são muita vezes ditadas pelos actores externos, como é o caso da Guiné-Bissau, devido às fraquezas institucionais do Estado, as dinâmicas sociais inovadoras correm o risco de não serem reconhecidas e nem integradas nas estratégias nacionais.

Ao tomarmos em consideração o facto de que não podemos resolver os problemas com as mesmas atitudes mentais que lhes deram origem¹⁹, torna-se fundamental adoptar a incerteza e a contingência como pilares centrais da racionalidade económica²⁰, na medida que constituem a essência das práticas económicas e recuperando as dimensões morais e humanas da vida.

A inovação social visa e gera a mudança social, ligando simultaneamente, a satisfação das necessidades humanas não satisfeitas por via do mercado, promoção da inclusão social, capacitação de agentes ou actores sujeitos (potencial ou efectivamente) a processos de exclusão/marginalização social, desencadeando, por essa via, uma mudança mais ou menos intensa, das relações de poder (André & Abreu, 2006: 4)

Nesta base, ao tentar compreender em que medida estas actividades contribuíram de uma forma significativa (ou não) na mudança de vida dos seus actores, encontrei algumas respostas que remetem para aspectos bastante subjectivos e simbólicos:

Agora sinto que sou alguém na sociedade, porque o meu trabalho tem utilidade e ao mesmo tempo sinto que com o dinheiro que estou a ganhar estou a ajudar a minha (entrevista 9)

Dantes era menosprezado e ninguém me ligava. Quando queria fazer algo ou tivesse necessidade de adquirir alguma coisa, tinha que ir pedir e muitas vezes passei vergonha. Hoje sinto que tenho mais dignidade, sou respeitado no meu bairro, sobretudo quando pus parte do meu dinheiro para melhorar a cobertura da casa dos meus pais (entrevista 15)

¹⁹ Aqui pretendo visar claramente os impactos deastrosos das políticas de Ajustamento Estrutural, que destruiu o aparelho administrativo, desestruturou o trabalho, a vida económica das famílias e consequentemente a dignidade humana e sem qualquer tipo de responsabilização com os erros cometidos, voltam a ditar novas regras ao país no quadro das reformas em curso no país.

²⁰ Para maior aprofundamento sobre os pilares nos quais assenta uma alternativa institucionalista para a análise das dinâmicas e das formas de organização contemporâneas ver: (Arow, 1974; Reis, 2007).

Sinto-me feliz com o meu trabalho. Dantes andava a pé quando iria fazer o meu trabalho e perdia muito tempo. Mas agora tenho uma motorizada que me permite trabalhar e ganhar mais e assim consigo assegurar as necessidades da minha família (entrevista 12)

Sofri muito para montar esta actividade, mas consegui montar um dos principais espaços de lazer aqui no bairro e tenho muito orgulho nisso porque estou a contribuir para desenvolver o bairro (entrevista 4)..

Na tabela a seguir, procurei situar as respostas em três dimensões sobre as quais atribuem um sentido à sua condição enquanto indivíduo em diferentes espaços mediados pelo trabalho: “ser”, “ter” e “estar”

Tabela 4: o que mudou positivamente na sua vida

Dimensão do “Ser”	Dimensão do “Ter”	Dimensão do “Estar”
Ser útil (6)	Ter trabalho (8)	Estar bem na vida (felicidade) (7)
Ser autónomo (5)	Ter rendimento (económico) (5)	Estar integrado (família e sociedade) (4)
Ser alguém (4)	Ter dignidade (2)	Estar a contribuir para a família (4)
Ser responsável (3)	Reconhecimento (família e social) (1)	Estar a desenvolver o bairro (1)
<i>Total: 16</i>	<i>Total: 16</i>	<i>Total: 16</i>

Se tomarmos em consideração que a inovação social acontece quando se encontram novas soluções para as necessidades sociais, estas respostas remetem-nos para uma postura que tem como referencial atitudes que implicam que para resolver os problemas da exclusão social, falta da qualidade de vida e falta de participação cívica e democrática, será necessário encontrar novas e reinventar as actuais lógicas subjacentes à educação para o trabalho. Desta forma pode garantir-se uma maior qualidade, mais impacto e eficiência.

Assim, a inovação social apresenta-se como uma manifestação do(s) sujeito(s) – supõe uma atitude crítica e um desejo de mudar (acção deliberada, intencional e voluntária) assumido, num primeiro momento, por uma minoria vanguardista (Alter 2000), podendo manifestar-se nas políticas que se dirigem à inclusão de pessoas ou colectivos de base territorial (André & Abreu, 2006: 5), como a própria ideia de mudança social enquanto um processo de transformação de relações de poder e inclusão social favorecida pela engenharia criativa de um trabalho inovador e socialmente reconhecido, devido o seu papel no apoio familiar

Contudo, no caso guineense a produção e reprodução da inovação social têm sido bastante aceleradas, com forte impacto na vida dos actores e comunidades, mas muita

das vezes sem efectividade, na medida que os dispositivos nos quais devem ancorar a sua blindagem favorecendo a apropriação na perspectiva de formulação de políticas endógenas, não conseguem acompanhar essa dinâmica²¹.

Porém, nos contextos (familiar, de trabalho e social) nos quais esses jovens se inserem e aqui analisados, a alavanca é a necessidade de vencer as adversidades e riscos (mesmo quando elas implicam maior sobrecarga em termos económicos com a rede social de parentesco e amizade ao desencadear uma ocupação com rendimento económico) e simultaneamente aproveitamento de possibilidades e oportunidades de resposta a desafios numa forma inventiva, fazendo das fraquezas forças sem por em causa os seus conceitos de solidariedade para com as redes as quais perecem.

V. Considerações Finais

O aumento da população urbana na Guiné-Bissau, tem tido maior incidência na cidade capital, Bissau, que cresce em média um bairro por ano. Esta situação tem contribuído para o agravamento dos níveis de desemprego, contribuindo igualmente para exclusão social e económica de muitas famílias que, num contexto de Estado frágil, levam a muitos cidadãos e colectividades a procurarem novas formas de organização social e económica.

Os jovens estão a desafiar com criatividade os antiquados paradigmas que nos regem hoje (oferta e procura de empregos desadaptadas), identificando com rapidez os pontos críticos do sistema das políticas públicas (ou a falta delas), favorecendo e fortalecendo as suas capacidades da adaptação e transformação. Daí que a inovação corresponde ao resultado de aprendizagens ancoradas na interacção social e da habilidade de incorporar diferentes conhecimentos e modos de aprender. Logo, dá-se particular importância à quinta dimensão de análise correspondente à espacialidade do processo de inovação social, ou seja, às características dos meios inovadores ou criativos. Nesta perspectiva, salienta-se a ideia da plasticidade do meio – lugar ou espaço-rede – resultante da conjugação de três condições: a diversidade, que assegura a abertura ao exterior e a entrada de ideias, atitudes e práticas novas; a tolerância, que permite o risco, possibilitando, por essa via, a emergência de inovação; a participação, que promove o debate e o envolvimento dos actores.

É neste sentido que o uso e **apropriação do espaço da cidade** enquanto uma afirmação da engenharia social (acção e produção criativa), trabalho (talentos), sociabilidades, solidariedades e melhoria de condições de vida (económicas e sociais), torna-se incontornável na actualização e manutenção das estratégias dos jovens, tendo em conta que: **Carácter Inovador Originalidade a)** da solução que visa responder a uma necessidade social existente ou b) do modelo de negócio e de implementação; **Impacte**

²¹ Ver por exemplo a experiência e dinâmica do Associativismo Juvenil (Barros, 2010).

social É maior quanto a) mais eficaz for a relação entre a solução e o problema identificado e b) deve ser medido através de indicadores quantitativos e qualitativos. Pode ser o impacto directo do produto/serviço oferecido para responder a uma necessidade da comunidade ou a capacidade do projecto em provocar uma mudança que irá ser incorporada pelo sistema; **Eficácia do modelo de gestão** Habilidade de "fazer muito com pouco", ou seja, capacidade de angariar, gerir e potencializar recursos (financeiros, humanos, parcerias, etc.) de forma eficiente; **Capacidade de replicação e crescimento** Quando um projecto visa alcançar um crescente impacto social ao longo do tempo e apresenta um plano de crescimento e escalabilidade ambicioso mas possível.

A **socialização pelo e para o trabalho** enquanto elemento decisivo de inserção económica, não só porque o trabalho dá meios financeiros e materiais a partir dos quais se pode assegurar a reprodução social, mas também porque o trabalho é a fonte de poder, reconhecimento, posicionamento social e independência pessoal dos jovens.

Assim, o trabalho é factor indispensável de criação, de descoberta e de invenção. Se é certo que pela regularidade que tende a imprimir à vida social, ele pode ser visto como um poder e agente de reprodução das relações, dos hábitos e dos modos, das figuras e dos sentidos que integram e sustentam uma comunidade, isto não significa ausência e estranheza em relação aos processos de inovação (Freire, 1997: 19-20). Como refere Jeantet (2009: 86), este tipo de economia tem sido factor de integração, bem como uma oportunidade para os cidadãos avaliarem e conceptualizarem, por si mesmos, as suas necessidades e as respostas a dar-lhes; para desarrumarem ordens e referências estabelecidas; e em especial, para reflectirem nas riquezas reais, tangíveis e acessíveis que querem criar e repartir, o que implica também reflectir sobre as condições da sua produção.

Uma outra ideia reforçada pelos processos aqui analisados, é a questão da aquisição do poder, através do trabalho, como condição da dignidade humana. Esta requer uma capacidade de participação efectiva da sociedade civil (latu sensu) nos programas de desenvolvimento, com vista à adopção de estratégias mais adequadas às necessidades e a procura de um desenvolvimento centrado nas pessoas, sendo que, esta é a área em que o Estado tem tido mais dificuldades.

Contudo, se por um lado, o **desengajamento do Estado** (ausência de políticas) e uma consequente transferência de custos sociais (educação, saúde, emprego, protecção) para as famílias, actores singulares e/ou colectivos, tem contribuído de uma forma contínua para o aumentando das disparidades sociais, por outro, ela tem favorecido ao surgimento de algumas oportunidades solidárias que têm contribuído para o aumento da visibilidade do empreendedorismo jovem²², verificado através da quantidade de micro-negócios. Estes constituem uma das ferramentas adoptadas por estes actores, enquanto mecanismo de defesa de um mercado de trabalho formal pouco flexível e com quase

²² Também acontece com as mulheres bideiras através das "abotas" (quotização)

inexistência de espaço para processos inventivos e inovadores ou cujo o mercado de trabalho formal não lhe proporciona rendimento suficiente para a sobrevivência²³.

Estes sistemas informais de trabalho e financiamento contribuem de forma expressiva, para tornar possível o investimento dos jovens nas actividades geradoras de rendimento económico, mas também suportando outros custos sociais.

²³ Ao contrário da prática guineense, a adopção de políticas públicas visando a articulação de saberes e amplificando as práticas, tem contribuído para impulsionar aquilo que é designado economia popular e solidária e empreendedorismo popular no Brasil, caso concreto do Estado de São Paulo, articulando o máximo de instrumentos e agentes que possam contribuir para emancipação e autonomia dos grupos para seguirem processos de organização, desenvolvimento e consolidação (Pochmann, 2002: 193-217).

VI. Bibliografia

ABBINK, J. & KESSEL, I. (Eds.) (2005), *Vanguard or Vandals. Youth, Politics and Conflict in Africa*, Leiden, Brill Academic Publishers, Boston;

ACHUTTI, L. (1997), *Fotoetnografia – um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho*, Tomo Editorial e Palmarica, Porto Alegre;

AGUILAR (2001), *Bandim – subsídios para uma política de apoio ao pequeno negócio*, INEP, Bissau;

ANDRÉ, I. & ABREU, A. (2006), Dimensões e Espaços da Inovação Social, *Finisterra*, XLI, 81, pp. 121-141;

BAPTISTA, F. (2001), “Cidades, urbanização e economia em contexto de globalização, in REIS, J. & BAGANHA, M. (orgs.), *A economia em curso: contextos e mobilidades*, Edições Afrontamento, Porto;

BARROS, M. (2010), *Associativismo juvenil enquanto estratégia de integração social: o caso da Guiné-Bissau*, Comunicação apresentada no VII Congresso Ibérico de Estudos Africanos 50 anos das independências africanas: desafios para a modernidade, Lisboa, 9-11 de Setembro de 2010, CEA-IUL;

BASSAND, M. (1986), *Innovation et changement social*, Presses Polytechniques Romandes, Paris;

BRILLEAU, A. et Al (2004), “L’emploi, le chômage et les conditions d’activité dans les principaux agglomérations de sept Etats membres de l’UEMOA. Principaux résultats de la phase 1 de l’enquête 1-2-3 de 2001-2002, IRD e DIAL DT/2004/2006, Paris;

BORDONARO, L. & CARVALHO, C. (2010), Introduction: Youth and Modernity in Africa, *Cadernos de Estudos Africanos*, Lisboa;

CAPECCHI, V. (1999), “The Informal Economy and the Development of Flexible Spacialization in Emilia-Romagna”, in PORTES, A., CASTELLS, M., BENTON, L. (Eds), *The Informal Economy: Studies in Advanced and Less Developed Countries*, The John Hoppkins Univesity Press, London;

CARDOSO, C. & IMBALI, F. (1996), “A Família”, in MONTEIRO, A. (Coord.), *O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau – análise dos efeitos socio-económicos*, INEP, Bissau, p. 203-239;

CERTEAU, M. (1994), *A invenção do cotidiano: artes de fazer*, Vozes, Petrópolis;

COLLIGNON, R. & DIOUF, M. (eds.) (2001), *Les Jeunes: Hantise de l’Espace Public dans les Sociétés du Sud?*, Special Issue, Autrepart, 18;

COMEAU, Y. (2004), Les contributions des sociologies de l’innovation à l’étude du changement social, *Innovations Sociales et Transformations des Conditions de Vie*.

Actes do Colloque -16 Avril 2004, Cahiers du CRISES, Collection Étude Théoriques, ET0418 : 29-44 ;

DAVRELL, J. (2003), “O jovem como sujeito social”, *Revista Brasileira de Educação*, nº 24, pp. 40-52;

DOMINGUES, M. (2000), *Estratégias Femininas entre as Bideiras de Bissau*, Dissertação de Doutoramento em Antropologia Cultural e Social, FCSH-UNL, Lisboa;

FAURÉ, Y.-A. (2007), “A Respeito de Alguns Desafios Contemporâneos da Informalidade Económica: aproximando a África Ocidental e o Brasil” in COSTA, A. & RODRIGUES, C. (Org.), *Empreendedorismo, Empresas e Empresários em África*, Cadernos de Estudos Africanos, Nº 11/12, CEA-ISCTE, Lisboa, p.117-151;

FAURÉ, Y.-A. & LABAZÉE, P. (2002), *Socio-économie des villes africaines: Bobo et Korhogo dans les défis de la décentralization*, IRD e Karthala, Paris;

FAURÉ, Y.-A. (1994), *Petits entrepreneurs de Côte-d’Ivoire: des professionnelles en mal de développement*, Karthala, Paris;

FELDMAN-BIANCO, B. & MOREIRA LEITE, M. (Orgs.) (2004), *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*, Papiru, Campinas;

FIELDS, G. (2005), “A guide to multisector labour market models”, in *World Bank Social Protection Discussion Paper Series*, 0505, Washington, D.C;

FREIRE, J. (1997), *Variações sobre o tema Trabalho*, Edições Afrontamento, Porto;

FRIEDMAN, J. (1996), *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*. Celta, Lisboa;

GIDDENS, A. (1985), “Time, Space and Regionalism”, in GREGORY, D. & URY, J. (Eds), *Social Relations and Spatial Structures*, Macmillan, London;

HART, K. (1995), “Entreprise et l’économie informelle: réflexions autobiographiques des villes africaines”, in ELLIS, S. & FAURÉ, Y.-A. (Eds), *Entreprises et Entrepreneurs Africains*, Karthala, Paris;

HART, K. (1973), “Informal income opportunities and urban employment in Ghana” *Journal of Modern African Studies*, 11 (1), 61-89;

HONWANA, A. & DE BOECK, F. (eds) (2005), *Makers and Breakers: Children & Youth in Postcolonial Africa*, James Currey, Oxford, Africa World Press, Trenton, Codesria, Dakar;

JEANTET, T. (2009), *A Economia Social - uma alternativa ao capitalismo*, Ed. Outro Modo, Le Mond Diplomatique, Lisboa;

- LEONARD, M. (2000), “Coping Strategies in Developed and Developing Societies: the workings of the informal economy”, *Journal of International Development*, 12, p.1069-1085;
- MARTINELLI, F. et al (2003), *Social innovation, governance and community building – Singcom – Scientific periodic progress report month 18*, IFRESI-CNRS, Lille;
- MASSEY, D. (1984), *Spatial Divisions of Labour: Social Structures and the Geography of Production*, Macmillan, London;
- MEPIR (2009), *Relatório de Seguimento e Avaliação do Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza – DENARP*, Governo da Guiné-Bissau, Bissau;
- NAVALHA, F. (2000), *Captação de Poupanças dentro do Sector Informal em Moçambique: o caso do sector informal financeiro em Maputo*, UEM, Maputo;
- NORTH, D. (2005), *Understanding the Process of Economic Change*, Princeton University Press, Princeton-Oxford;
- OIT (2005), *A OIT e a Economia Informal*, BIT, Lisboa;
- OIT (1991), “The Dilemma of the Informal Sector”, *Report of Director-General*, International Labour Conference, 78th Session, Geneva;
- PAIS, J. (2003), *Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro*, 2^a Ed, Ambar, Porto;
- POCHMANN, M. (2002), *Desenvolvimento, Trabalho e Soildariedade – Novos caminhos para a inclusão social*, Abramo-Cortez, São Paulo;
- PRABHU, G. (1999), “Social Entrepreneurship Leadership”, *Career Development International*, 4 (3), p 140-146;
- PRAHALAD, C. K. (2005), *The Fortune at the Bottom of the Pyramid*, Warton School Publishing, New Jersey;
- PRATT, N. (2006), “Informal Enterprise and Street Trading: a civil society and urban management perspective”, in BROWN, A. (org.), *Contested space: street trading, public space and livelihoods in Developing Cities*. Warwick: ITDG Publishing;
- REIS, J. (2007), *Ensaio de Economia Impura*, Almedina, Coimbra;
- ROBERTS, B. (1994), “Informal Economie and Familie Strategies”, *Internacional Journal of Urban and Regional Research*, 18 (1), p 7-23;
- RODRIGUES, C. (2003), *Trabalho Assalariado e Estratégias de Sobrevivência e Reprodução Social de Famílias em Luanda*, Tese de Doutoramento, ISCTE, Lisboa;

SATO, L. (2006), *Feira Livre: organização, trabalho e sociabilidade*, Instituto de Psicologia Social-USP, São Paulo;

SATO, L. & SOUZA, M. (2001), “Contribuindo para desvelar a complexidade da vida cotidiana através da investigação etnográfica em psicologia, in *Psicologia USP*, 12 (2), 29-47;

SÉVÉDÉ-BARDEM, I. (1997), *Précarités juvéniles en milieu urbain africain*, L’Harmattan, Paris et Montreal;

SOUZA MARTINS, J. (2008), “ A fotografia e a vida cotidiana: ocultações e revelações”, in PAIS, J. et Al (Org.), *O Visual e o Quotidiano*, ICS, Lisboa;

SPINK, P. (2010), *Trabalho, Informalidade e Cidadania*, Comunicação apresentado no Seminário Trabalho, Sociabilidade e Geração de Rendimento no Espaço Lusófono, Lisboa, 28-29 de Setembro de 2010, CEsA-ISEG;

THOMAS, J. (1995), *Surviving in the City*, Pluto Press, London;

TOMPSON, J. et Al (2000), “Social Entrepreneurship: a new look at the people and the potencial”, *Management Decision*, 38 (5), p 328-338;

URRY, J. (1987), “Societe, Spance and Locality”, *Society and Space*, 5;

URRY, J. (1985), “Social Relations, Space and Time” in GREGORY, D. & URY, J. (ed), *Social Relations and Spacial Structures*, Macmillan, London;

WEBMASTER, L. & FIDLER, P. (1996), “The Informal Sectors of West Arica”, *The Informal Sector and Microfinance Institutions in the West Africa*, World Bank, Washington DC.

VII. ANEXOS

ANEXO I - Tabela 1: resumo das actividades estudadas

a) A numeração corresponde a ordem das entrevistas

Nº	Ramo de negócio	Tipos de negócios	Sectores económicos	Sexo	Localização	Descrição da actividade
01	Telecomunicações	Vendas de cartão de recarga (saldo) e serviços de telefonia	Terciário	F	Bissau/Feiras regionais	Fornecer serviços de venda de cartão de recarga (saldo), transferência de saldos (a retalho) e também disponibiliza telemóveis para efectuar chamadas de urgência.
02	Lavandaria	Lavadeira domiciliar ambulante	Terciário	F	Bissau	Gere uma carteira de clientes (agregados familiares), lavando roupas e passando a ferro.
03	Automotivo	Lavagem de carros	Terciário	M	Bissau	Ocupação em grupo de uma zona estratégica da cidade para serviços de lavagem de viaturas.
04	Cultura e entretenimento	Clube de cinema	Terciário	M	Bissau	Gestão de clube de cinema num bairro periférico com programas permanentes para públicos específicos: <i>telenovela</i> (famílias e mulheres), <i>futebol</i> (homens) e <i>filmes de acção</i> (adolescentes e jovens), <i>pornografia</i> (adultos).
05	Multi serviços	Carregamento de bateria de telemóveis	Terciário	M	Bissau/Feiras regionais	Montagem e gestão de bancas com tomadas ligadas a um gerador no qual faz carregamento de baterias de telemóveis.
06	Restauração	Café ambulante	Terciário	M	Bissau	Montagem e gestão de um sistema de distribuição de cafés
07	Salão de beleza	Manicure e pedicure	Terciário	F	Bissau	Montagem e gestão de uma tenda na qual são oferecidos serviços de beleza no centro de cidade com atendimento aos clientes.
08	Confeitaria	Confecção e venda de Donetes	Secundário/terciário	F	Bissau	Confecção e venda de donetes a base de farinha trigo na esquina da sua casa a singulares (pequeno-almoço e lanche) e por encomendas.
09	Horticultura	Produção e comercialização de hortaliças	Primário/terciário	F	Bissau	Gestão de uma horta no quintal e abastecimento aos restaurantes e hotéis.
10	Artesanato	Confecção e venda de tachos/panelas (industrial)	Secundário	M	Bissau	Colecta de utensílios de alumínio (i.e. latas de coca-cola) para transformação e venda para uso doméstico.
11	Transporte	Angariador de clientes de transporte (serviço/comercial)	Terciário	M	Bissau	Busca de clientes e negociação (intermediário entre o cliente o transportador) para transportes colectivos de passageiros inter-cidades.
12	Fotografia/Imagem	Fotógrafo ambulante (serviço/comercial)	Terciário	M	Bissau	Gestão de uma carteira de clientes a partir de um calendário de eventos (baptizados, casamentos, aniversários, choro).
13	Artesanato	Confecção e venda de cestos (indústria)	Secundário	F	Bissau	Recolha de matéria-primal (florestal), confecção e venda doméstica de cestos.
14	Brinquedos	Confecção e comercialização de brinquedos (industrial)	Secundário	M	Bissau	Recupera latas de produtos de consumo importados e transforma em brinquedos para venda (carros, barcos, computadores...).
15	Têxtil	Venda de tecidos (serviço/comercial)	Terciário	M	Bissau/Feiras regionais	Compra e venda ambulante de tecidos (legos) em feiras e bairros periféricos.

ANEXO II - Imagens



Foto nº1: aspecto da Av. Combatentes de Liberdade da Pátria
(junto ao mercado de Bandim)



Foto nº2 e 3: aspecto de venda de dos produtos junto a rotunda e espaço livre

Foto nº4: centro de produção doméstica de cestaria e esteiras (varanda da casa)



Foto nº5 e 6: exposição e venda de hortaliças (a esquerda) e de vinagre de limão, óleo de palma e óleo vegetal (a direita)



Foto nº7: anúncio de venda de crédito (saldo) para consumidores de fraca capacidade económica

Foto nº8: aspecto de venda de café (ambulante)



Foto nº9: exposição de brinquedos (carinhos) de lata

Foto nº10: mesa de carregamento de baterias de telemóveis



Foto nº11: agência de carregamento de baterias de telemóveis